

A PARTILHA DA ÁFRICA E O HOLOCAUSTO QUE O MUNDO NÃO RECONHECEU

THE SHARING OF AFRICA AND THE HOLOCAUST THE WORLD DID NOT RECOGNIZE

Andrew Patrick Traumann

Possui Graduação e Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina (2001), Mestrado em História e Política pela Universidade Estadual Paulista (2007) e Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2013). Atualmente é professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

E-mail: andrewtraumann@hotmail.com

Fernanda Celli Correa Mendes

Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

E-mail: nanda765@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise sobre as razões históricas, econômicas e sociais sobre as razões que levaram à convocação da Conferência de Berlim em 1885, utilizando o caso do Congo Belga como emblemático neste processo de exploração econômica embasado numa suposta superioridade da civilização ocidental

Palavras-chave: Conferência de Berlim – África – Congo Belga – Colonização.

ABSTRACT

The aim of this paper is to make a brief analysis on the historical, economic and social reasons that will lead to the Conference of Berlin in 1885, using the Belgian Congo case as emblematic in this process of economic exploitation based on an alleged superiority of western civilization.

Keywords: Berlin Conference – Africa – Belgian Congo – Colonization.

1 INTRODUÇÃO

A palavra Holocausto denominou um triste episódio da história mundial. No entanto essa palavra marcante que remete a condição de vulnerabilidade extrema do ser humano que envolve todo o tipo de sofrimento como humilhação, castigo, aflição, dor e morte, não era inédito.

Mas porque apenas este é tão lembrado? Qual a diferença dos judeus para os vinte milhões de mortos no regime stalinista ou para os quarenta milhões de chineses assassinados sob as ordens de Mao

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

Tsé Tung ou ainda para os quinze milhões de indígenas massacrados na América do Norte? Existe apenas uma diferença, a cultural.

Dentro da cultura judaica sempre existiu o hábito de registrar eventos históricos importantes, tanto que a Bíblia é a principal fonte sobre os primórdios de sua civilização. Rememorar a história para os judeus é uma forma de preservar seu passado e tentem entender seus posicionamentos no presente e em relação ao futuro.

Para os povos sem escrita, coube a outros povos “civilizados”, através de pesquisas antropológicas, tentarem com maior ou menor grau de exatidão descrever seus mitos e imaginário, para que esse conhecimento não fosse perdido. É o caso da África negra, desbravada não apenas por caçadores de riquezas, mas também por missionários e cientistas de várias nacionalidades, que desejavam estudar a “África misteriosa”.

Nesse contexto até a primeira metade do século XIX, a África era pouco ocupada por europeus com exceção de algumas benfeitorias portuguesas em sua costa ocidental, todavia esse cenário ia mudar a partir da intensificação da corrida imperialista entre as grandes potências europeias. A decisão de dividir a África entre as nações europeias foi formalizada na Conferência de Berlin entre 1884 e 1885.

Quando se fala na partilha da África, porém faz-se necessário antes de tudo, um breve recuo para o contexto no qual se configura o mapa africano como o concebemos hoje. Acordo este que, aliás, não contou com a participação de um único representante da África.

O chamado “continente negro” era visto pela burguesia industrial em ascendência como um rico manancial de matérias-primas e recursos naturais a céu aberto, esperando apenas por serem exploradas. Os mercados europeus encontravam-se saturados e a Grã-Bretanha, pioneira da Revolução Industrial e então maior império do mundo, chegou a um estágio de desenvolvimento aonde a próxima etapa consistiria na expansão de mercado. Com a Segunda Revolução Industrial, cujo maior salto tecnológico é a eletricidade, o capital se torna cada vez mais concentrado nas mãos do sistema financeiro dos grandes conglomerados de bancos e seguradoras. Surgem também as grandes empresas dirigidas por tecnocratas profissionais encerrando-se o ciclo do negócio familiar.

Nesse momento em que o capital excedente necessita de segurança para ser investido em terras “selvagens” há um hiato no liberalismo ortodoxo e sua ojeriza ao Estado nascendo uma aliança na qual este ocuparia as terras desconhecidas, traria prestígio e status a sua nação e a enriqueceria com o espírito empreendedor e arrojado de seus investidores. O Estado então se torna patrocinador, organizador e conquistador, mandando exércitos para ocupar, esmagar resistências e formaliza partilhas com suas contrapartes europeias.

Ao contrário do período mercantilista em que a ocupação efetiva tanto militar quanto de um corpo burocrático essa parte essencial do projeto, neste caso até devido à vastidão territorial africana passa a ser aplicado o conceito de órbita de influência em que não se fazia necessária a ocupação palmo a palmo do território, mas

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

apenas marcar presença nas fronteiras e pontos mais sensíveis aos investidores.

Este período que Hobsbawm (1988) definiu como “a era dos impérios” marca o rompimento da última fronteira de conquista europeia e um período de acirrada competição entre as potências que desembocara na primeira guerra mundial.

A África até hoje é vista pelo senso comum como uma entidade monolítica, a ponto de ser mais comumente citada como continente do que na especificidade dos países que a formam, constituía naquela época um enorme mistério cercado por uma névoa de lendas que atiçavam a imaginação dos europeus.

É o momento no qual Rudyard Kipling publica “O Livro da Selva” introduzindo o personagem Mogli e que se popularizaram os quadrinhos de Tarzan. Ambos os personagens justificavam ao grande público a ocupação africana pela missão civilizatória invariavelmente retratando os nativos como canibais e feiticeiros.

Apesar do envio de missionários ainda fazer parte deste discurso o conceito de progresso trazido por novos hábitos culturais e higiênicos não admitia a valorização de qualquer elemento da cultura local, sendo seus totens no máximo suvenires exóticos a serem exibidos nas mansões dos exploradores ou nos museus europeus. Se a chancela religiosa já não possuía a mesma força de séculos anteriores, a ciência tomara contornos dogmáticos quando Charles Darwin desenvolve sua teoria da evolução, na qual o mais adaptável ao meio sobreviveria ocorrendo uma seleção natural logo, tais ideias seriam transplantadas para a espécie humana, dividindo-a em “raças”

mais ou menos capazes. O discurso racial seria “comprovado” pelos diferentes graus de desenvolvimento tecnológico dos povos, essas ideias chegam ao seu ápice com o surgimento da eugenia (bem-nascer) que procurava melhorar a humanidade por meio da esterilização dos ditos incapazes (deficientes físicos e mentais e membros das classes mais baixas) e a chamada eugenia positiva que era o estímulo a união entre casais considerados geneticamente perfeitos, leia-se caucasianos.

O racismo assim justificava a violação das liberdades que o Ocidente aparentemente defendia usando o carimbo da ciência, mal disfarçando as questões econômicas envolvidas. A eugenia porem apresentava um problema insolúvel, pois ao contrário dos milenares preconceitos religiosos que poderiam até mesmo ser minimizados com uma conversão aparente no caso “racial” tratava-se de característica inata. O máximo que a civilização branca poderia fazer era introduzir hábitos civilizados naquelas comunidades irremediavelmente atrasadas.

Na Inglaterra cujo movimento operário era o mais organizado da Europa, surgiu a ideia de direcionar a insatisfação de boa parte de seus trabalhadores, o empresário Cecil Rhodes passou a planejar o envio de trabalhadores ingleses à África o que representaria uma dupla vantagem ao país, pois os faria orgulhosos de seu império e aliviaria as tensões sociais na ilha afinal, como lembra Hobsbawm (1988), o mais humilde operário adquiria ares de lorde em território colonial. Nas escolas crianças sonhavam com aventuras decorrentes da carreira militar.

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

Assim como na maior parte das potências europeias, o interesse britânico pela África era reduzido, sendo o Egito e o estratégico Canal de Suez como exceção, já que estes representavam um atalho vital para as possessões da Coroa na Índia. Os britânicos participaram também da ocupação do Sudão, maior país do Continente. Em 1874, por meio do General Charles Gordon, a Grã-Bretanha dá início a uma campanha antiescravista que não faz sucesso numa região onde o tráfico era milenar. Sete anos depois, Muhammad Ahmed, se intitulando o Mahdi (o messias muçulmano) liderou uma revolta contra os estrangeiros. Gordon acaba assassinado, e uma guerra civil, que envolveria os rebeldes, exércitos britânicos, egípcios e franceses eclode. A França, porém, logo abaixaria as armas e egípcios e britânicos compartilharam a influência sobre o país.

A Etiópia e a Libéria foram os dois únicos países que se mantiveram independentes. O primeiro, uma das mais antigas civilizações da humanidade derrotou com relativa facilidade os invasores italianos na famosa Batalha de Adwa, onde em um único dia um contingente de cem mil soldados etíopes derrotou vinte mil italianos, mantendo a soberania do reino etíope. Já a Libéria foi um país projetado para abrigar escravos libertos norte-americanos (inclusive a bandeira do país remete à bandeira norte-americana), mas o país, hoje um dos mais miseráveis do mundo, comprova a ideia de que não se constrói uma sociedade apenas abandonando seres humanos ao léu sem infraestrutura e investimento e esperar que uma nação (artificial, relembremos) floresça do nada. Aliás, o caso liberiano nos lembra mais uma vez da visão monolítica acerca do continente:

para os norte-americanos qualquer parte da África seria um lar para aquela gente, afinal todos eram negros.

2 A CONFERÊNCIA

Mas o que levou além do excedente de capital já citado a partilha da África em 1885? O frágil equilíbrio de poder estabelecido pelo congresso de Viena em 1815 foi seriamente abalado pela guerra Franco-Prussiana de 1870 e conseqüente unificação alemã. A chamada primavera dos povos entre 1830-1848 também marcou definitivamente um período de emergência das massas.

A Alemanha, rica em minério de ferro e industrializada ingressa tardiamente na corrida imperialista. A França por sua vez busca compensar sua perda de poder relativo seguindo o mesmo caminho. Neste contexto surge o rei belga Leopoldo II que alegando razões científicas e humanitárias passa a estabelecer um núcleo colonial no Congo. Em 1876, ele criaria a Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central. A França reagiu estabelecendo um protetorado no norte do Congo. Portugal, que há muito estabelecera feitorias na região reivindicava soberania sob a foz do rio Congo, mas Leopoldo II e seus celebres aliados como o explorador David Livingstone acusará os lusos de pouco fazer para combater o tráfico escravista na região o que no mínimo poderia ser considerado como falta de controle efetivo. Mais uma vez questões humanitárias eram utilizadas para justificar uma ocupação em nome do progresso. Para garantir o apoio britânico o rei belga prometeu que o

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

novo Estado seria livre de taxas alfandegárias. Sem saída Portugal apela para a realização de uma conferência internacional para debater a questão.

O chanceler prussiano Otto Von Bismark que a princípio não apoiava o colonialismo por razões econômicas acabou sendo voto vencido diante de grupos privados alemães que passaram a financiar expedições à África sem custo ao Estado germânico. Assim sendo, o cauteloso Bismark ordena expedições à África e a assinatura de tratados de soberania com líderes locais. Essa tática já largamente utilizada por belgas e franceses consistia em convencer líderes tribais a cederem sua soberania em troca de proteção colonial à sua liderança, ou seja, o protetorado. Evidentemente cabe a discussão sobre o significado do conceito de soberania para esses líderes.

De todo modo o fato é que foram convocados à Berlin todos os países participantes do Congresso de Viena. Ao contrário de toda a pompa e circunstância que cercaram aquele evento, desta vez a pouca importância atribuída à África era bastante evidente e pode ser constatado pelo longo envio de diplomatas segundo escalão a capital alemã. Além da livre navegação no rio Congo ficou acordado que quaisquer reivindicações de soberania deveriam ser acompanhadas de efetiva ocupação territorial capaz de cooperar com o livre trânsito de pessoas e mercadorias.

A Alemanha plenamente interessada em transformar o Congo no Danúbio da África, ou seja, em um rio internacionalizado assume a linha de frente da conferência. O tal Estado Livre do Congo idealizado por Leopoldo II cortava a África do Atlântico ao Índico

enquanto o rio Níger continuava sob controle total britânico. A conferência apesar de famosa pela partilha da África não foi idealizada com tal propósito. A princípio dizia respeito apenas à ocupação costeira do continente. Alemanha e França sensatamente argumentavam que não se podia negociar territórios absolutamente desconhecidos e que aquela assembleia estava ali reunida para abrir a África ao comércio internacional, e não dividi-la.

A partilha da África iria se concretizar na prática conforme os exploradores e os exércitos avançavam continente adentro em busca de riquezas lendárias ou não. Os membros da conferência de Berlin, que no início reiteraram o caráter humanitário da missão europeia arrogaram-se, contudo, o direito de decidir-lhes o destino. Afora o orgulho, porém o imperialismo se mostrou mais oneroso que lucrativo e o status e glória almejados, foram mais fugazes do que as cicatrizes deixadas pela barbárie de algumas práticas coloniais europeias.

3 O CASO DO CONGO

Dentre um dos episódios mais insólitos da Conferência de Berlin, a Colonização do Congo merece um destaque especial – O rei belga Leopoldo II como já descrito anteriormente, conquistou um território 76 vezes maior que o seu país, teve suas fronteiras estabelecidas e reconhecidas por todas as grandes potências daquele momento, enriqueceu desmedidamente e detalhe: sem nunca ter colocado os pés no país.

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

Leopoldo II era um intelectual, um dedicado estudante da geografia e extremamente devoto quando o assunto se tratava lucro. Estava disposto a adquirir uma colônia, qualquer uma que fosse a fim de inserir a pequena Bélgica no jogo das grandes potências, também porque acreditava que investir em uma colônia traria um grande retorno financeiro num curto espaço de tempo, sendo assim iniciou seus estudos através dos livros contábeis de grandes conquistadores afim de definir a melhor estratégia para atingir suas metas.

Fez inúmeras tentativas frustradas em adquirir colônias até que ouviu notícias de uma nova era colonialista, uma época em que o futuro homem público e magnata da África do Sul, Cecil Rhodes, que fez fortuna com diamantes, dizia:

O mundo é quase todo dividido, e o que resta dele está sendo conquistado e colonizado. Pensar nessas estrelas que vemos a noite sobre nossas cabeças [...] Eu anexaria os planetas se pudesse (MILANI, 2009, p.3).

Leopoldo tentou comprar ainda as Filipinas da Espanha, porém mais uma vez viu suas esperanças descerem ralo abaixo. “No momento, nem espanhóis nem portugueses nem holandeses estão dispostos a vender”, disse a um funcionário, acrescentando ainda no mesmo ano: “Pretendo descobrir, discretamente, se há alguma coisa que se possa fazer na África”.

O pensamento de Leopoldo revelava uma tendência exploradora tão grosseira e tão surpreendente que ele conseguiu criar uma fachada de virtude envolvendo o início de sua aventura africana,

através de artimanhas políticas, criando uma aura de pesquisa científica caridade e filantropia.

De acordo com Hochschild (1999), Leopoldo seguia a trilha de todos os exploradores atrás de notícias sobre novas descobertas na África e quando soube que um dos exploradores que cruzaria o continente africano de leste a oeste ficaria sem verba, mais que depressa lhe ofereceu uma contribuição “sem compromisso”, esta gentileza embora nem tivesse sido necessária o tornou um patrono das explorações africanas.

Para dar início a sua empreitada, Leopoldo contou com a ajuda de Henry M. Stanley, jornalista britânico que ficaria conhecido como o homem que encontrou David Livingstone (que havia se perdido numa expedição à África e já havia sido dado como morto, quando foi encontrado), mas foi a sua viagem através da Bacia do Congo, mapeando toda a sua extensão, que de fato seria sua maior façanha como desbravador e marcaria para sempre a história do continente. Stanley era o elemento chave que faltava para a realização do sonho de Leopoldo.

Durante a conferência de Berlin, Leopoldo esteve presente durante todas as transações sobre a forma de ocupação dos territórios africanos pelas grandes potências, a par de todas as informações e conversas com o objetivo de manipular, influenciar decisões e garantir de fato o território congolês.

Em fevereiro de 1885, o Estado Independente do Congo é reconhecido, tendo como uma espécie de mantenedora a Associação Internacional do Congo (AIC), que nada mais era do que uma fachada

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

que tinha como preceito com os demais países respeitar a livre navegação pelo Rio Congo bem como permitir a livre exploração e comércio do marfim e das riquezas naturais que estariam em seu interior e a AIC se empenharia no combate a prática degradante do tráfico de escravos feita pelos árabes.

Leopoldo envia seu fiel representante Stanley para construir postos avançados, e este percorreu todo o rio Congo para presentear os chefes das tribos africanas analfabetos com artefatos militares em troca de sua terra. Como de praxe o braço direito de Leopoldo retorna a Europa com um maço de contratos assinados para que o rei belga apresentasse as grandes potências como prova de sua conquista totalmente legítima.

Seu primeiro passo agora como proprietário do território congolês foi impedir que as colônias portuguesas e francesas na costa se expandissem para o interior, fazendo com que todos os acessos fossem bloqueados pelo Estado Independente do Congo. Criou diversas companhias destinadas a exploração dos diversos recursos naturais ali existentes e iniciou o mais sangrento episódio da colonização africana.

O Estado Independente do Congo, na verdade, era apenas uma extensão do império Leopoldiano no centro da África, um imenso complexo latifundiário de desapropriação e especulação infame de um território e de seus habitantes, os quais ficaram totalmente desprovidos de qualquer poder político, social e econômico. A administração ditatorial de Leopoldo repousava no principal objetivo que era o econômico, por isso começou a obter seus rendimentos através da

colheita; a catalogar e prospectar os minérios; organizou o território e o dividiu em três tipos: terras indígenas, vagas (sem dono) e concedidas a terceiros (pessoas físicas e jurídicas). Ao decretar a propriedade do Estado, o rei impedia que os colonos se instalassem nessas terras sem pagar um imposto para a administração. Tudo o que residia nesse território lhe pertencia por direito, inclusive a mão de obra ali existente que segundo ele estavam disponíveis por serem desocupadas.

Ou seja, com o discurso de civilizar a população congoleza aos moldes europeus, ele nada mais fez do que escravizar a população retirando-a da “ociosidade em que vivia”. A escravatura tratada como “trabalho forçado”, daria “utilidade” à gente indolente, palavras do soberano.

Leopoldo investiu quase toda a sua riqueza, contraindo empréstimos e acordos com os cofres belgas, para a construção de uma ferrovia que escoasse a produção do marfim e depois da borracha e de acordo com Mota (2001), a escravidão pelo trabalho forçado, fez com que os congolezes fossem submetidos a um verdadeiro sistema de selvageria e terror; os nativos eram absolutamente dependentes dessa administração, as mulheres e crianças eram mantidas como reféns para obrigar os homens a fazerem a colheita penosa do látex, aldeias incendiadas, massacres em massa, tortura com mutilações eram recorrentes, se um soldado do Rei perdesse uma bala por falta de disciplina ou por não trazer os cestos cheios, era pedido para trazer a mão direita do cadáver.

Forbath (1977) reforça essa condição quando diz:

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

As cestas de mãos cerradas, postas aos pés do chefe de posto europeus, tornaram-se o símbolo do Estado Livre do Congo [...]. A coleção de mãos se tornou um fim em si mesmo. Os soldados da Force Republique as traziam em vez da borracha; eles até mesmo iam colhê-las em lugar de borracha... elas tornaram-se um tipo de moeda. Elas são usadas para amenizar o déficit das cotas de borracha, substituir [...] o povo ao qual é exigido trabalhar para as gangues de trabalhos forçados; e os soldados da Force Republique tinham seus bônus pagos de acordo com quantas mãos eles coletavam.

Segundo Hochschild (1999), Leopoldo II, levando ao cabo uma pilhagem genocida e escravagista, ceifou, estima-se, cerca de 10 milhões de vidas, metade da população local.

Leopoldo enriqueceu com a exploração do marfim e minérios, porém havia se endividado com os investimentos feitos no Congo como dito anteriormente. O látex teve seu ápice no fim do século XIX e se tornou a commodity mais valiosa do momento devido a quantidade de aplicações que a mesma atendia: pneus, mangueiras, tubos, revestimentos para cabos telefônicos e telégrafos, isolantes, etc., diante desse dinamismo, seus preços também subiam a todo vapor pois novas descobertas eram feitas a todo instante necessitando da matéria prima, aumentando cada vez mais a sua demanda.

Dessa forma Leopoldo iniciou a era da borracha que se tornou o carro-chefe do Estado Livre do Congo, ultrapassando até mesmo o marfim em rendimentos, que o desenterrou de suas dívidas.

Como é normal acontecer num mercado monopolista, surgem para enfrentar competição do cultivo da borracha no Sudeste Asiático e América Latina, plantações sob posse das empresas

inglesas, que forçam a queda do preço mundial da borracha. Isso induz ao aumento do trabalho escravo para diminuir os custos de produção e de investimento para extração, que devoravam as margens de lucro. Estes, entre outros fatores, deixavam cada dia mais vulnerável o domínio privado de Leopoldo II.

As seringueiras africanas eram diferentes das cultivadas em outros continentes, necessitavam de mais cuidado e tempo de espera para a retirada do látex. A ambição, não só de Leopoldo, mas também dos comerciantes europeus, faziam com que a extração se tornasse cada vez mais predatória. Nesse período de concorrência acirrada, era uma prioridade lucrar muito em pouco tempo, diante disso a selvageria ultrapassou todo e qualquer limite: se houvesse recusa na extração da borracha por alguma aldeia eram completamente dizimadas como exemplo para as demais. As práticas de decepamento de mãos não se restringiam aos mortos, agora cortavam as mãos dos vivos também (homens, mulheres, crianças) para obrigar um parente a trabalhar ou se os cestos não vinham cheios com a matéria prima.

O trabalho escravo forçado com o emprego de violência começaram a criar rumores externamente. Imediatamente Leopoldo impediu a entrada de visitantes no Congo, permitindo somente missionários belgas, que ele facilmente poderia os manter calados; funcionários foram proibidos de deixar o país. Mesmo com precauções muitas informações já estavam chegando a diversas partes da Europa e Estados Unidos. Para se prevenir de possíveis questionamentos o articulado Leopoldo se deu bem, criando uma campanha publicitária

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

pró-nativos tirando o foco dos vizinhos no seu “quintal” e assim ganhou mais dez anos para continuar aumentando seu poder.

O rei não contava que, funcionários das maiores empresas navais em Londres começariam a ficar desconfiados, porque os mesmos barcos que traziam grandes cargas de borracha do Congo retornavam abarrotados de armas e munição para a “Força Pública” ao invés de suprimentos e equipamentos que seria o correto para o desenvolvimento de uma civilização ocidentalizada na África, diante disso foi engendrada uma grande investigação encabeçada por Edmund Morel, um jornalista britânico que com ajuda dos mercadores que queriam acabar com o monopólio secreto, descobriu uma série de fraudes contábeis também sobre o lucro da comercialização do marfim e da borracha.

A constatação era evidente, espantosa e assustadora há mais de 15 anos, o Rei Belga comandava um regime escravocrata e genocida.

Somente em 1903, quando Roger Casement, cônsul inglês no Congo, recebeu as denúncias é que passou a investigar e relatar todas as violações cometidas, gerando relatórios detalhados com depoimento das vítimas e fotografias tiradas por missionários que testemunharam as mutilações, torturas, lacerações de costas e nádegas, devido as chicotadas com couro de rinoceronte.

A pressão internacional imposta fez com que as potências fossem convocadas com urgência para uma revisão da Conferência de Berlim. Leopoldo se propôs a fazer uma reforma no seu regime para

continuar com a colônia, mas era unânime que seu domínio deveria ser extinto, mas a pergunta era: quem iria assumir aquele reino flagelado.

Sem qualquer cogitação de devolver as terras ao povo da região, deixaram a Bélgica como grande candidata a administração do Congo, mesmo contra a sua vontade. Esta demorou dois anos para decidir. Enquanto isso Leopoldo II, se aproveitou de sua última oportunidade e, incredivelmente, aumentou o “Domínio da Coroa” espremendo até a última gota de lucro, suor e sangue do Estado Independente do Congo.

Em 1908, exatos 25 anos depois do reinado de violência e sangue e quatro depois do relatório de Casement, Leopoldo II é condenado, mas não teve nenhuma grande perda, nunca foi afastado de seu cargo ou teve suas riquezas confiscadas pela vergonha do que fez ao Congo. Antes de morrer em 1909, o governo Belga deu ao monarca dois milhões de libras como compensação pelos seus “esforços”, além claro de dar fim a todos os registros de suas atrocidades, queimando documentos, diários, anotações, tudo o que pudesse garantir que após sua morte ele fosse retratado como herói nacional.

Neste mesmo período o Congo finalizou a era da borracha, totalmente arrasado no esgotamento dos recursos, com a população dizimada e com alguns milhares de sobreviventes que não seriam libertados tão cedo de seu infortúnio.

No período que vai de 1908 a 1960 marcado por uma mudança de estatuto e de nome, o Estado Independente do Congo passa a se chamar Congo Belga. Sob essa administração que apenas muda o

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

personagem, mas que permanece em suas origens, a colonização belga é considerada a mais cruel e a mais brutal da África Negra.

[...] Na prática, mesmo a discriminação racial anglo-saxônica, considerada como a mais feroz, nunca produziu tantas leis discriminatórias, nem adotou medidas de segregação tão rígidas como a tutela belga [...]. O ensino dispensado aos congolezes exclui sistematicamente a formação de elite. A pirâmide escolar compreendia um ensino primário largamente difundido (talvez o mais extenso de toda a África), coroado por um ensino secundário muito reduzido e orientado para o exercício de uma profissão. O ensino universitário era inexistente, pois construir universidades é dar direitos políticos aos negros, na cabeça pensante do político colonial belga, seria favorecer a formação de descontentes e agitadores. [...] qualquer viagem interna no país fora da cidade ou aldeia de origem só podia ser feita com autorização dos serviços de imigração locais, viagens exteriores às colônias eram impensáveis (MUNANGA, Kabenguele - Conferência Nacional de Política Externa, 2008).

Em 1960 finalmente o Congo se torna independente e muda seu nome para República do Congo e os cinco anos que seguem a sua independência foram de paz, talvez os únicos em toda a sua história.

Após esse período a história dos congolezes vem sendo marcadas por assassinatos, golpes de estado, tratados não cumpridos, líderes, enriquecendo à custa de todo um país, grandes potências financiando as guerras civis em troca de benefícios econômicos. Em consequência a isso mais de quatro milhões de mortos, estupro, violência, e este é o cenário hoje vivenciado num governo democrático desde sua descolonização.

O filósofo tunisiano Ibn Khaldun no século XIV disse: “Aqueles que são conquistados desejam sempre imitar os principais aspectos do

conquistador: as roupas, as habilidades, todas as características e costumes que o distinguem”

O imaginário social violentado desde a colonização mais sangrenta da história africana, bem como a total falta de instrução e estrutura, deixada pelos Belgas, foi o único modelo de organização social e política que esta nação conheceu. O Congo de hoje encontra-se com seu passado a todo o momento e o fantasma do Rei Leopoldo vem assombrando e perpetuando o mesmo hábito e ambição dissimulada através dos séculos.

O Congo foi um exemplo emblemático, mas não foi o único que sofreu com a partilha africana, cada potência usou de seus métodos para administrar, explorar as riquezas e controlar os nativos, o resultado desse processo se mostra claramente em como estes países (não) se desenvolveram desde que foram descolonizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E por que não houve resistência a partilha do continente? Segundo Wesseling (1998), esta resistência não se concretizou porque a primeira fase da partilha, de demarcação, pouco afetou a vida dos nativos. Como se fossem os casamentos arranjados em sociedades tradicionais nas quais os noivos não se conhecem mais já estão prometidos e que só depois da consumação da união surgem os problemas, a população local só se deu conta do que havia sido decidido em escritório europeu já na fase de efetivação do que havia sido acordado. A questão central em relação à partilha, cujas

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

consequências a África se ressentiu até hoje, é de que fronteiras foram desenhadas à revelia dos maiores interessados. Mais tarde o movimento pan-africano surgiria para reivindicar a união de todos os povos do continente como tentativa de reverter os danos causados pela conferência de Berlim. Paradoxalmente os partidários de tal ideia partiram do mesmo “pecado original” dos colonizadores: o mito da unidade africana partindo do conceito equivocado de raça.

Contudo, em 1964 a Organização da Unidade Africana (OUA) admitiu que as fronteiras de 1885 não poderiam ser discutidas por não existirem grupos organizados a reivindicarem direitos usurpados. O nomadismo e a fragilidade de várias tribos tornaram inviável quaisquer ideias de resgate da dívida dos colonizadores europeus baseada na ideia de um retorno à uma era mítica em que os africanos viviam harmonicamente antes da chegada do homem branco. O imperialismo deixou uma herança de avanços tecnológicos indiretos como ferrovias e rodovias para escoamento da produção das metrópoles e problemas como o racismo e a depauperação econômica da região.

Enfim o passado é imutável e as fronteiras de 1885 são intangíveis, restando aos países africanos lidar com este legado que mesmo descolonizados continuam dependentes da cobiça das grandes potências que mantêm importantes investimentos nessas regiões, explorando todos os seus recursos sem proporcionar a eles nenhuma garantia de desenvolvimento. Dessa forma num longo prazo, levando em consideração o contexto global, existe a perspectiva que a África Negra ainda possa se restabelecer com verdadeira autonomia

buscando dentro destas mesmas fronteiras criadas há mais de um século, a integração econômica em blocos regionais simétricos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Elaine. *Conferência de Berlim (1884-1885)*. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008.

FORBATH, Peter. **The River Congo. The discovery, exploration and exploitation of the world's most dramatic river**. Londres: Harper & Row, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOSCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KEYS, David. **Sangue no coração da África**. BBC História, Londres: 1996.

LIMA, José Edmilson de Souza; CAVASSIN, Marcus Venício; FADUL, David. O ATO DE ENSINAR: ESTÁGIO DA DOCÊNCIA NO CAMPO JURÍDICO. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 4, n. 37, p. 402-412, nov. 2015. ISSN 2316-753X. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1056/743>>. Acesso em: 12 dez. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v4i37.1056>.

MILANI, Matinho Camargo. **Sociedade real e geográfica belga e o Congo: Imperialismo, a roedura geopolítica (1877-1908)**. 14p. Artigo (Geopolítica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: “O Brasil que vem aí” – Seminário: ÁFRICA**. 2ª Ed. Rio de Janeiro – Fundação Alexandre

A partilha da África e o Holocausto que o Mundo não reconheceu

Gusmão – 2008.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: Uma História Concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RODRIGUES, Arthur Canabrava; OLIVEIRA, Francisco Cardozo. O ABANDONO AFETIVO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS À LUZ DA TEORIA DO RECONHECIMENTO. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 1, n. 38, p. 328 - 348, dez. 2015. ISSN 2316-753X. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1423/966>>. Acesso em: 18 dez. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v1i38.1423>.

WESSELING, H.L. **Dividir para Dominar: a Partilha da África 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1998.